



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS**

---

**ANEXO V**

**CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**  
**DIREITO (Graduação e Pós-Graduação)**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Administração Pública e regime jurídico administrativo. 2. Administração direta e indireta: Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Terceiro Setor. 3. Agentes públicos. 4. Atividade administrativa: conceito, natureza e fins, princípios básicos, poderes e deveres do administrador público, o uso e o abuso do poder. 5. Poderes Administrativos: Poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. 6. Atos administrativos: conceito requisitos, atributos, invalidação. 7. Processo Administrativo. Lei nº 9.784/99. 8. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92 e alterações da Lei nº 14.230/21). 10. Licitações e contratos administrativos. 10. Serviços públicos e concessão e permissão de serviços públicos. 11. Parcerias público-privadas. 12. Controle da administração pública. 13. Responsabilidade civil do Estado. 14. Intervenção do Estado na propriedade. 15. Bens públicos.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. Constituição: conceito, objeto e classificações. 2. Poder constituinte. 3. Hermenêutica constitucional. 4. Aplicabilidade das normas constitucionais. 5. Princípios fundamentais da Constituição de 1988. 6. Teoria dos direitos fundamentais. 7. Direitos fundamentais. Direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988. 8. Deveres fundamentais na Constituição de 1988. 9. Direitos sociais, mínimo existencial, reserva do possível e proibição do retrocesso. 10. Direitos da nacionalidade. 11. Direitos políticos. 12. Organização do Estado. 13. Intervenção federal. 14. Organização dos poderes. Poderes legislativo, executivo e judiciário. 15. Processo legislativo. 15. Funções essenciais à justiça. 16. Ministério Público. 17. Sistema constitucional de crises. 18. Controle de constitucionalidade. 19. Ações constitucionais. 20. Da tributação e do orçamento. 21. Da ordem econômica e financeira. 22.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS**

Da ordem social. 23. Comunicação social na Constituição de 1988. 24. Meio ambiente na Constituição de 1988. 25. Indígenas, quilombolas e outras populações e/ou comunidades tradicionais.

### **DIREITO CIVIL**

1. Lei de Introdução às normas do direito brasileiro: características e função. 2. Código Civil. 3. Jurisprudência e Enunciados de Súmulas em Direito Civil. 4. Lei nº 8.009/90.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. 2. Da jurisdição e da ação. 3. Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional. 4. Da competência interna. 5. Das partes e dos procuradores. 6. Da intervenção de terceiros. 7. Do juiz e dos auxiliares da justiça. 8. Do ministério público. 9. Da advocacia pública. 10. Da defensoria pública. 11. Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. 12. Da comunicação dos atos processuais. 13. Das nulidades. 14. Da formação do processo. 15. Da suspensão do processo. 16. Da extinção do processo. 17. Do procedimento comum. 18. Do cumprimento da sentença e das modalidades de execução. 19. Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais. 20. Teoria geral dos recursos e recursos em espécie. 21. Ações autônomas de impugnação. 22. Sucedâneos recursais. 23. Incidente de resolução de demandas repetitivas, incidente de assunção de competência, conflito de competência e incidente de arguição de inconstitucionalidade. 24. Ação rescisória. 25. Reclamação. 26. tutela provisória. 27. Ação civil pública. 28. Ação popular. 29. Mandado de segurança. 30. Ações para a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

### **DIREITO PENAL**

1. Aplicação da lei penal. 2. Princípios da legalidade e anterioridade. 3. A lei penal no tempo no espaço. 4. O fato típico e os seus elementos. 5. Relação de causalidade e imputação objetiva. 6. Culpabilidade. 7. Superveniência de causa independente. 8. Crime consumado, tentado e impossível. 9. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 10. Arrependimento posterior. 11. Crime doloso, culposo e preterdoloso. 12. Erro de tipo. 13. Erro de proibição.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS**

14. Erro sobre a pessoa. 15. Coação irresistível e obediência hierárquica. 16. Ilicitude e suas hipóteses de exclusão. 17. Perdão judicial. Imputabilidade penal. 18. Concurso de pessoas. 19. Concurso de crimes. 20. Das penas. 21. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. 22. Da condenação e da reabilitação. 23. Das medidas de segurança. 24. Efeitos da condenação no Código Penal e na legislação penal extravagante. 25. Da ação penal. 26. Extinção da punibilidade. 27. Crimes contra a pessoa. 28. Crimes contra o patrimônio. 29. Crimes contra a dignidade sexual. 30. Crimes contra a incolumidade pública. 31. Crimes contra a paz pública. 32. Crimes contra a fé pública. 33. Crimes contra a administração pública. 34. Crimes contra o estado democrático de direito. 35. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Leis nº 8.137/90 e 8176/1991). 36. Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006). 37. Lei dos crimes ambientais (Lei nº 9.605/98). 38. Lei de tortura (Lei nº 9.455/97). 39. Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). 40. Lei das organizações criminosas (Lei nº 12.850/13). 41. Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019). 42. Crimes de preconceito e discriminação (Lei nº 7.716/89). 43. Lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98).

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1. Sistemas processuais penais (sistemas inquisitório, acusatório e misto). 2. Princípios fundamentais do processo penal. 3. Lei processual penal no espaço e no tempo. 4. Interpretação da lei processual penal. 5. Juiz das garantias. 6. Inquérito policial e investigação preliminar. 7. Transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal. 8. Ação penal e ação civil *ex delicto*. 9. Competência no processo penal. 10. Competência da Justiça Federal. 11. Provas no processo penal e meios de obtenção de provas. 12. Medidas assecuratórias, questões e processos incidentes. 13. Medidas cautelares de natureza pessoal. Prisão preventiva e temporária. Prisão domiciliar. Medidas cautelares diversas da prisão. Liberdade provisória. 14. Sujeitos do processo. 15. Comunicação dos atos processuais. 16. Processos em espécie e procedimento. 17. Procedimento comum (ordinário, sumário e sumaríssimo). 18. Sentença penal. 19. Nulidades no processo penal. 20. Recursos no processo penal e teoria geral. 21. Ações autônomas de impugnação. 22. Juizados Especiais Criminais. 23. Aspectos processuais da Lei de drogas (Lei nº 11.343/2006). 24. Aspectos processuais da Lei dos crimes ambientais (Lei nº 9.605/98). 25. Aspectos processuais da Lei das organizações criminosas (Lei nº 12.850/13).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS**

26. Aspectos processuais da Lei de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98). 27. Aspectos processuais da Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

**DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS. DIREITOS HUMANOS. DIREITOS DO CIDADÃO**

1. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. 2. Direitos humanos: conceito, estrutura e sociedade inclusiva. 3. A afirmação histórica dos direitos humanos. 4. Direitos humanos e direitos fundamentais: semelhanças e diferenças. 5. Classificação dos direitos humanos. 6. A interpretação dos direitos humanos. 7. Formação, incorporação e hierarquia normativa dos tratados de direitos humanos no Brasil. 8. Conceito de dignidade humana e seus elementos. 9. Incidente de deslocamento de competência. 10. Direitos das populações indígenas e das populações e comunidades tradicionais e tribais. 11. Direitos das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/15). 12. Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. 13. Lei nº 11.340/2006. 14. Direitos sexuais e reprodutivos. 15. Combate ao racismo, à discriminação racial e formas correlatas de intolerância. 16. Princípios de Yogyakarta e direitos da população LGBTQIAP+. 17. Populações em situação de rua (Lei nº 14.821/24). 18. Proteção da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso na Constituição Federal. 19. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 20. Convenção Americana de Direitos Humanos.

**DIREITO ELEITORAL**

1. Diretrizes constitucionais (CF/88): nacionalidade e direitos políticos. Organização e competência da Justiça Eleitoral. 2. Código Eleitoral: órgãos eleitorais. Competência. Recursos. Disposições Penais. 3. Eleições (Lei nº 9.504/97). Captação irregular de sufrágio. Condutas vedadas a agentes públicos. Noções sobre propaganda eleitoral. 4. Partidos políticos. Regramento constitucional. Lei nº 9.096/95. Disposições Preliminares. Das Finanças e Contabilidade dos Partidos. Do acesso gratuito ao rádio e televisão. 5. Noções sobre Lei Complementar nº 64/90. 6. Violência Política de Gênero (Lei nº 14.192/2021).

**DIREITO AMBIENTAL**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS**

1. A proteção do meio ambiente na Constituição de 1988. 2. Princípios do direito ambiental. 3. Competência constitucional (legislativa e executiva) em matéria ambiental. 4. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81). 5. Poder de polícia ambiental. 6. Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental. 7. Lei Complementar nº 140/10. 8. Responsabilidade civil ambiental e instrumentos extrajudiciais e judiciais de proteção do meio ambiente. 9. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00). 10. Código Florestal (Lei nº 12.651/12). 11. Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/09). 12. Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei nº 9.605/98).

**DIREITO ECONÔMICO E DO CONSUMIDOR**

1. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). 2. Conceitos de consumidor e fornecedor. 3. Política Nacional das Relações de Consumo. 4. Direitos básicos do consumidor. 5. Qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos. 6. Práticas comerciais. 7. Proteção contratual. 8. Defesa do consumidor em juízo. 9. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. 10. Ordem econômica na Constituição de 1988: fundamentos e princípios. 11. Intervenção, direta e indireta, do Estado na ordem econômica. 12. Empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista). 13. Agências reguladoras e o Estado como agente normativo. 14. Fiscalização, fomento e planejamento estatais. 14. Política agrícola, fundiária e da reforma agrária. 15. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/11).

**PORTUGUÊS. DISSERTAÇÃO**

SQUARISI, Dad. A Arte de Escrever Bem. Editora Contexto.

SQUARISI, Dad. Escrever Melhor. Editora Contexto. SQUARISI, Dad. 1001 Dicas de Português. Editora Contexto.